

A urgência da discussão da branquitude para a construção de uma educação infantil antirracista: apontamentos iniciais

The urgency of the discussion on whiteness for the construction of an anti-racist early childhood education: initial notes

La urgencia de la discusión de la blanquitud para la construcción de una educación preescolar antirracista: apuntes preliminares

Merilin Baldan

Universidade Federal de Rondonópolis

merilin.baldan@ufr.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-4605-961X>

Pietra Barbosa de Carvalho

Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela -SP

pietrabcarvalho13@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8668-1422>

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa, que se debruça sobre a temática étnico-racial, com recorte na discussão da branquitude, levando em consideração a seguinte problemática: quais são as implicações da presença/ausência da problematização da branquitude na construção de uma educação antirracista? Estabeleceu-se como objetivo geral analisar a discussão da branquitude na produção de teses e dissertações relacionadas à educação infantil. A pesquisa é de natureza teórico-bibliográfica, de abordagem qualitativa, do tipo de revisão de literatura. A pesquisa permitiu realizar tanto o levantamento quantitativo quanto qualitativo da produção acadêmica e científica, demonstrando que, apesar dos avanços legais, demonstrando a presença da pedagogia da branquitude e ausência da discussão racial na educação infantil. Em consequência, a permanência do racismo implica a urgência da construção de uma pedagogia antirracista.

Palavras-chave: Pedagogia. Formação de Professores. Educação Infantil. Racismo. Antirracismo. Educação.

ABSTRACT

This article presents the results of a research that focuses on the ethnic-racial theme, in particular, on the discussion of whiteness, and takes into account the following problem: what are the implications of the presence/absence of the problematization of whiteness in the construction of an anti-racist education? The general objective was to analyze the discussion of whiteness in the production of theses and dissertations related to early childhood education.

A URGÊNCIA DA DISCUSSÃO DA BRANQUITUDE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA: APONTAMENTOS INICIAIS

BALDAN, MERILIN; CARVALHO, PIETRA B.

The research is theoretical and bibliographical in nature, with a qualitative approach, and of a literature review type. The research allowed both a quantitative and qualitative survey of the academic and scientific production, showing the presence of whiteness pedagogy and the absence of race question discussion in early childhood education. As a result, the permanence of racism implying the urgency of the construction of anti-racist education.

Keywords: *Pedagogy. Teachers training. Early Childhood Education. Racism. Anti-racism. Education.*

RESUMEN

Este artículo presenta los resultados de una investigación centrada en el tema étnico-racial, con foco en la discusión de la blanquitud, teniendo en cuenta el siguiente problema: ¿cuáles son las implicaciones de la presencia/ausencia de la problematización de la blanquedad en la construcción de una educación antirracista? Se estableció como objetivo general analizar la discusión de la blanquitud en la producción de tesis y tesinas relacionadas con la educación inicial. El estudio es de naturaleza teórica y bibliográfica, con un enfoque cualitativo, del tipo revisión de la literatura. El mismo permitió realizar un relevamiento cuantitativo y cualitativo de la producción académica y científica, demostrando la presencia de la pedagogía de la blancura y la ausencia de discusión de la cuestión racial en la educación infantil. En consecuencia, la permanencia del racismo implica la urgencia para la construcción de una educación antirracista.

Palabras clave: *Pedagogía. Formación docente. Educación Preescolar. Racismo. Antirracismo. Educación.*

RÉSUMÉ

Presentamos las directrices para el formato y la presentación de artículos. El resumen deberá contener de 100 a 150 palabras, en un solo párrafo, suficiente para exponer el tema general, el enfoque de la investigación y sus principales resultados. Este documento es referencia para el formato del artículo, que será reproducido según lo enviado por los autores. La primera página debe contener la cabecera, el título portugués y la versión en Inglés y Español, acompañado de las palabras clave.

Mots-clé: *Inclure les mots-clés.*

Introdução

Se, por um lado, são inegáveis os avanços alcançados, com o aumento das discussões em torno da educação, na relação étnico-racial, em especial, a partir das conquistas legais como as Leis n. 10.639/2003 e n.11.645/2008, por outro, precisamos reconhecer os muitos obstáculos e as urgências historicamente colocadas para a construção de uma sociedade e uma educação antirracistas, inclusivas e democráticas.

Ademais, apesar da compreensão das implicações da branquitude na construção social brasileira e da sua repercussão na educação, a branquitude tem sido uma questão invisibilizada e/ou secundarizada pela produção de conhecimento, mesmo daquelas que se destinam à discussão das questões étnico-raciais. Chamamos a atenção, em particular, para a recusa da discussão da branquitude por autores brancos que se dedicam à temática racial. É, portanto, sob a ótica da responsabilidade enquanto pesquisadoras brancas, atravessadas pelos marcadores sociais da diferença (classe, raça/etnia, gênero, sexualidade, geração, etc.), que emergiu a necessidade de discutirmos a branquitude, bem como de nos comprometermos com uma educação antirracista. Concordamos com Djamilia Ribeiro (2019) quanto à necessidade de compreensão, pelas pessoas brancas, do sentido político da branquitude e da sua violência contra as pessoas não brancas, de reconhecer o lugar de privilégio que as pessoas brancas adquirem dentro da estrutura patriarcal, racista, sexista, etc., de compreender as necessidades de opressão, exploração e escravização, bem como as de reparação das injustiças sociais, comprometendo-se com a luta antirracista. Ademais, as inquietações em torno das questões raciais nos permitiram desenvolver esta pesquisa a quatro mãos, da qual apresentamos os resultados neste artigo.

Ao problematizarmos os efeitos do racismo e da branquitude no campo educacional, em particular, na educação infantil, identificamos a relevância de investigarmos como a produção acadêmica científica tem abordado a questão.

A nossa discussão busca tratar as implicações da branquitude na educação infantil, considerando que a inserção das pessoas negras nos processos educacionais é o que tem fomentando o “tornar-se negro”, ou seja, é a partir da inserção da pessoa em círculos mais amplos em que as diferenças tem sido utilizadas para classificá-las, estereotipá-las, estigmatizar-las e discriminá-las. Por isso, nos preocupamos tanto com a formação de professores para esse nível de ensino / modalidade de educação quanto com a prática pedagógica e materiais didáticos e paradidáticos destinados à educação infantil, pois esta é a primeira etapa da educação básica.

No que tange a (política de) formação de professores para a educação infantil, consideramos que apesar da exigência da formação em nível superior (LDB n. 9294/1996), ainda faz-se necessário superar alguns entraves. É necessário superar a permanente descaracterização profissional do pedagogo (Dandolin; Arce, 2009), resultante da

atribuição essencialista do papel da mulher vinculado à infância seja pela resistência do caráter de cuidar e educar que mobilizaram concepções assistencialista, pragmatista e espontaneísta na educação infantil (Arce; Silva, 2009). A partir desses pressupostos a formação de professores tem sido fundamentadas pela epistemologia da prática, da naturalização do cotidiano e do pragmatismo no trabalho educativo de forma a secundarizar o conhecimento para este nível de ensino (Silva, 2009; Dandolin; Arce, 2009; Arce e Silva, 2009).

Ademais, ainda na formação de professores, apesar de uma maior presença da questão étnico-racial, bem como de gênero e sexualidade, podemos constatar um epistemicídio (Santos, 2023). É fundamental que a formação de professores dê subsídios à atuação dos professores, bem como que haja o compromisso ético-político para a superação das desigualdades e o empreendimento de uma pedagogia crítica, engajada, democrática, inclusiva, antirracista, anti-sexista, anti-LGBTfóbica, etc.

Para isso, consideram-se pertinente a compreensão da formação sociorracial e cultural da sociedade em que atuam, bem como ter apropriação do conhecimento produzido pela humanidade a fim de proporcionar conhecimentos plurais e promova experiências mais ricas para as crianças, em especial, dada as implicações na construção das identidades e a auto-estima. Ainda que tenhamos como eixos norteadores da educação infantil a brincadeira, o seu universo cultural não está isento do caldo cultural em que a criança vive e, portanto, demanda a intervenção direta e intencional, pois os preconceitos e as discriminações perpassam as práticas lúdicas, bem como estão presentes nos currículos, nos materiais e nas representações que são vivenciadas (Arce; Baldan, 2009).

Não por acaso, Gomes (2002) destaca as relações entre educação e a construção das identidades étnico-raciais, em particular, a identidade negra. Para a autora, a educação ocorre em diferentes espaços, como a família, a comunidade, as instituições religiosas, a escola, etc., e é, neste espaço, em que ocorre o processo de humanização por meio da transmissão informal ou formal dos conhecimentos científicos e culturais produzidos pela humanidade, além da socialização de crenças, valores, etc.

Trazendo a discussão para o âmbito da escola, Gomes (2002) destaca que nos espaços plurais, onde ocorre o encontro da diversidade, por meio das interações, as alteridades negociam as semelhanças e as diferenças. Do mesmo modo, Gomes (2002)

ressalta que a identidade negra advém de uma construção sociopolítica e cultural complexa, permeada por conflitos, diálogos e negociações. Em outras palavras: (...) Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmo, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade (Gomes, 2002, p. 39).

Nesse ínterim, Gomes (2002), ressalta que a escola é um dos espaços educativos que permite o compartilhamento e a aprendizagem não apenas de conteúdos (escolares), legitimados pelas políticas (curriculares), mas também de valores, crenças e comportamentos. Desse modo, importa levar em consideração os aspectos da colonialidade do poder, do saber e do ser, presentes em nossos currículos e nossos comportamentos que podem conservar as representações narcisísticas da branquitude e a desenvolver uma pedagogia da branquitude. Não por acaso, para Gomes (2002, p.39), “O olhar lançado sobre o negro e a sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizar-las, discriminá-las, segregá-las e atpe mesmo negá-las”.

Se pudermos compreender as relações entre educação e as questões sociorraciais (Veiga, 2017, 2022; Gaudio, 2013) podemos visualizar que o cuidado, o tratamento e a educação das crianças desde o período colonial se deram de modo diferente em conformidade com o pertencimento das crianças (classe, raça/etnia, gênero, etc.), assim como as perspectivas médico-higienista, eugenista, jurídico-política, religiosa, pedagógica, psicológica, sociológica, etc.

A partir do final do século XX que, dado os movimentos sociais organizados e os movimentos em prol dos direitos humanos, que a criança será vista como sujeito de direitos e a defesa da sua educação, desde a infância, tendo como princípio o desenvolvimento integral. É, também, a partir do século XX que a educação infantil passa a figurar nos marcos legais do país, bem como com a educação para as relações étnico-raciais para o combate ao racismo (Oliveira, 2004; Carvalho, 2013; Gaudio, 2013).

Desse modo, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho teórico-bibliográfica, de tipo de revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica permite conhecer o que tem se produzido em torno de uma temática e identificar as suas principais tendências e

lacunas a fim de que o(a)s pesquisador(e)(a)(s) possa(m) avançar na produção do conhecimento.

Dentro dessa perspectiva, elegemos a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)¹ para o levantamento e a seleção do nosso *corpus* de análise; foram utilizados como descritores os seguintes termos: “branquidade”, “branquitude”, “embranquecimento”, “relações étnico-raciais” e “educação infantil”. Levamos em consideração a delimitação da discussão à educação infantil e o recorte temporal de 2003 a 2020. Como resultado, foram localizadas 11 produções acadêmicas e científicas, sendo seis dissertações e cinco teses, como apresentamos no quadro abaixo:

Quadro 1 – Levantamento Teses e Dissertações

Natureza	Ano	Instituição	Autor(a)	Orientador(a)
Dissertação	2003	UFPR	Janeslei Aparecida Albuquerque	Tânia Maria Baibich
Dissertação	2004	UFSCar	Fabiana de Oliveira	Anete Abramowicz
Dissertação	2013	UFPR	Thaís Regina de Carvalho	Paulo Vinicius Baptista da Silva
Dissertação	2013	UFSC	Eduarda Souza Gaudio	Eloisa Acires Candal Rocha
Tese	2013	UFPR	Arleandra Cristina Talin do Amaral	Paulo Vinicius Baptista da Silva
Dissertação	2014	UNICAMP	Flávio Santiago	Ana Lúcia Goulart de Faria
Tese	2016	UFSCar	Edmacy Quirina de Souza	Nilson Fernandes Dinis
Tese	2017	UNINOVE	Telma Cezar da Silva Martins	Jason Ferreira Mafra
Tese	2018	UFPR	Rita de Cássia Moser Alcaraz	Paulo Vinicius Baptista da Silva

¹ A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) é um repositório onde se encontram tanto os dados como os arquivos para download de teses e dissertações e se localiza no seguinte endereço eletrônico: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>.

Dissertação	2018	UFPR	Cintia Cardoso	Lucimar Rosa Dias
Tese	2019	UNICAMP	Flávio Santiago	Ana Lúcia Goulart de Faria

Fonte: Elaborado pelas autoras (BALDAN; CARVALHO, 2022)

Para o tratamento de dados, foi construída uma tabela para a identificação das produções em termos de título, autor(a)(as)(es), orientação, instituição, referencial teórico metodológico e ano de defesa das teses e dissertações. Neste movimento, foi possível identificar a não continuidade dos estudos dos autores, a exceção de Flávio Santiago, que tem a sua dissertação (2014) e a sua tese (2019) debruçadas sobre a branquitude na educação infantil, ambas orientadas por Ana Lúcia Goulart de Faria.

Em relação à orientação dos trabalhos, foi possível identificar a presença de Paulo Vinicius Baptista da Silva, com três orientações, seguido por Ana Lúcia Goulart de Faria, com dois trabalhos supracitados. Os outros cinco orientadores têm apenas um trabalho orientado. Em geral, as teses e dissertações estão vinculadas às seguintes instituições: UFPR (5), UFSCar (2), UNICAMP (2), UFSC(1) e UNINOVE (1).

A identificação quanto ao referencial teórico metodológico das pesquisas foi impossibilitada, uma vez que, nas seções de análise por nós utilizadas (resumo, introdução e considerações finais), se misturaram abordagem, método e instrumentos. No entanto, pudemos apurar a identificação explícita da abordagem qualitativa na maioria das teses e dissertações.

A análise qualitativa do *corpus* da pesquisa levou em consideração o lugar ocupado pela branquitude na educação infantil e as contribuições da sua discussão para a construção de uma educação infantil antirracista.

O artigo é composto pela discussão teórico-conceitual da branquitude e o seu impacto no campo educacional. Em seguida, debateremos os resultados e as discussões presentes nas teses e dissertações analisadas a respeito do tratamento da branquitude na educação infantil. Na sequência, argumentaremos a respeito da urgência do compromisso com uma educação infantil antirracista.

Branquitude: da formação social brasileira aos reflexos no campo educacional

É importante destacar que as teorias raciais têm sido discutidas ao longo da nossa historicidade, percorrendo da Antiguidade à Contemporaneidade, permeadas por diferentes perspectivas.

De acordo com Bento (2006) e Gonçalves (2021), as teorias raciais apresentam teses para a diferenciação, a classificação e a hierarquização das raças e, conseqüentemente, produzem as ideias em torno de “raças superiores” (branco) e “raças inferiores” (não brancos). Em conformidade com tais teses, justificou-se, ao longo da história, os processos de dominação e colonização, catequização e aculturação, etnocídios, escravizações, etc.. Destarte, as teorias raciais fundamentam-se no determinismo biológico das raças para justificar as diferenças e as desigualdades, resultantes da construção política, econômica, ideológica e cultural. Desse modo, Bento (2006) e Gonçalves (2021) postulam que o reforço das características biológicas (cor da pele, formato do cabelo, feições do nariz e da boca, estrutura corporal, etc.), culturais e simbólicas (estética, religião, música, literatura, etc.) são postuladas e utilizadas para a construção de estereótipos e estigmas na hierarquia estabelecida entre “superiores” e “inferiores”.

É nesse interim que são construídas as representações idealizadas dos sujeitos brancos e de não brancos; a respeito dos não brancos, elas são polarizadas entre a representação de tolerância ao não branco cooptado, disciplinado, docilizado e, principalmente, àqueles que apresentam as características biológicas mais próximas do branco (pele mais clara, nariz mais afinado, boca mais fina, etc.), e a representação negativa do negro, que ainda resiste aos processos de dominação e subalternização e que apresenta as características típicas da população negra (Hooks, 2019).

Por conseguinte, a desvalorização, quiçá negação, da história e da cultura da população subalternizada (não branca) tem representado os processos de colonização do ser, do saber e do poder e tem sido objetivo das perspectivas críticas (decoloniais, pós-coloniais, estudos culturais, etc.).

É nesse bojo que o Movimento Negro e os teóricos críticos das teorias raciais têm chamado a atenção para a construção dialética entre as ideias, de um lado, do branco, da branquitude, do lugar de privilégio - tanto ignorando que a questão racial também atinge as

peças brancas, quanto silenciando/negando as implicações da branquitude - e, por outro lado, a constituição do não branco e da negritude, que toma a questão racial do negro como objeto de estudo e problema social.

Não por acaso, dentro dos estudos clássicos e contemporâneos da branquitude, não se pode deixar de mencionar a relevância da obra de Alberto Guerreiro Ramos. O teórico problematizou o olhar do branco sobre as teorias raciais a partir da divergência entre “negro tema” e “negro vida”. Segundo Guerreiro Ramos (1957), as pesquisas denominadas como “negro tema” fazem uma análise científica do negro sob o olhar do não negro, construindo representações limitadas, rasas e imutáveis, implicando tanto a redução da subjetividade quanto reforçando estereótipos e estigmas da população negra. Por sua vez, as pesquisas que abrangem a ideia de “negro vida” referem-se à própria existência das pessoas negras e, portanto, comportam a amplitude, a complexidade e a fluidez de uma população negra que se apresenta, também, em sua heterogeneidade. Não raro, essas pesquisas têm sido produzidas por pesquisadores negros, com menor repercussão dentro da academia e, como salienta Hooks (2019), cobrem o branco com um “falso manto da invisibilidade”.

Ademais, para Guerreiro Ramos (1957), no Brasil, (con)vivemos com uma contradição com sérias implicações que representam o que o autor denominou de patologia social do branco no Brasil. Segundo o autor, apesar de o Brasil ser um país constituído majoritariamente pela população negra (pretos e pardos), tem-se uma matriz ideológica da branquitude. Tal matriz define a branquitude e a branquitude como padrão a ser seguido e, desse modo, apaga a existência negra (política, cultural e física) e nega as histórias e as culturas das diferentes populações africanas e afro-brasileiras, ao mesmo tempo que impõe políticas de branqueamento, como o recebimento de imigrantes europeus e o incentivo à miscigenação.

De outro modo, Bento (2002) denominou como pacto narcisístico da branquitude a estrutura e os mecanismos de perpetuação da hegemonia branca na sociedade brasileira e dos privilégios da branquitude. Para a teórica, o pacto pode ser compreendido como uma forma de controle do poder e do saber a serviço da manutenção da supremacia branca, gerando consequências para a existência da população não branca. O pacto estaria consubstanciado na compreensão do racismo, processo em diferentes níveis: individual,

institucional e estrutural (Almeida, 2018), além das manifestações do racismo recreativo (Moreira, 2019).

Importante salientar que, segundo Moreira (2019), a operacionalização do racismo tem se realizada por meio da construção e da disseminação de representações sociais das “minorias”, marcadas por estereótipos e estigmas negativos dessas populações com impacto sociocultural, político, econômico e educacional e psicológico, ao mesmo tempo que reforçam a “superioridade” do grupo dominante (brancos). Ademais, repercutem na construção histórica de políticas racistas (eugênicas e de branqueamento, por exemplo), justificam os processos de opressão/exploração/escravização e negam o acesso aos bens, serviços e direitos a essas populações subalternizadas.

Dentro desta perspectiva, os estudos de branquitude, no Brasil, emergiram como forma de compreender e denunciar as implicações da branquitude, pois, como pontua Hooks (2019), faz-se necessário nomear a branquitude e falar acerca do terror e da angústia que ela gera nos sujeitos não brancos. Bento (2006), Lourenço Cardoso (2008) e Lia Schucman (2014) ressaltam o processo de apropriação e de produção das teorias raciais pelo e no Brasil, bem como as implicações da branquitude na estrutura social e nos processos de subjetivação, destacando a necessidade de compreender as estruturas de poder, a posição dos sujeitos brancos e os privilégios da branquitude numa sociedade desigual como a nossa.

Lourenço Cardoso (2008) ressalta, ainda, a importância de compreendermos a heterogeneidade da branquitude no Brasil. De acordo com o autor, localizamos, por um lado, uma branquitude acrítica, constituída por sujeitos brancos supremacistas, reacionários e extremistas, que defendem a manutenção do *status quo* e dos privilégios da branquitude, e, por outro, a branquitude crítica, composta por sujeitos brancos que reconhecem os privilégios da branquitude e, por conseguinte, compreendem as pautas/reivindicações da população negra e aderem a elas, comprometendo-se com a luta antirracista. Além disso, Cardoso (2008) chama a atenção para outros marcadores sociais da diferença que influenciam e afetam a relação de poder, de ser e de saber entre os sujeitos.

Dentro desses pressupostos, a população negra, em especial, por meio dos movimentos negros organizados historicamente, tem, ao mesmo tempo, denunciado o racismo e as suas formas de manifestação, bem como reivindicado reconhecimento e

reparação das injustiças sociais. Outrossim, tem enfatizado o combate ao racismo e a valorização das histórias e das culturas africana e afro-brasileira na sociedade e na educação. Tal reivindicação pelo combate ao racismo e por uma educação antirracista visam, tal como apontado por Bento (2006), à compreensão da circulação das representações sociais de brancos e de negros e, por conseguinte, da branquitude e da negritude no âmbito educacional.

A escola, na visão da teórica, pode ser veículo de reprodução do racismo, mas também pode, e deve, como nós defendemos, ser um espaço para a luta antirracista. De tal forma, observam-se as necessidades de nos atentarmos aos processos de etnocentrismo e epistemicídio presentes na produção, circulação e apropriação do conhecimento, que têm, por um lado, valorizado como “ciência” o conhecimento advindo dos países centrais do capitalismo (Europa e Estados Unidos) e desvalorizado, invisibilizado e/ou negado outras epistemologias (Santos, 2005; Oliveira; Candau, 2010; Gomes, 2012).

Nesse interim, Dávila (2006) e Gomes (2012) tratam de compreender que a educação, a formação de professores e a escola, seja por meio das reformas educacionais e a impostura das políticas curriculares seja por meio das práticas educativas e interações no âmbito da escola, podem reforçar o “diploma da brancura” ou empreender uma luta antirracista “decolonizando” seus currículos e suas práticas. A conquista pelas Leis no. 10.639/2003 e 11.564/2008, que obrigam ao ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos currículos foi/é um passo importante no processo de combater o epistemicídio e as manifestações do racismo. Todavia, a mudança de mentalidade social presente na prática educativa ainda encontra muitos obstáculos para a sua concretização.

Dentro desta perspectiva, é essencial discutirmos os valores e as posturas ético-políticas presentes na formação de professores e avaliarmos a atuação dos professores quanto à compreensão do racismo na sociedade e na escola, a fim de romper com a invisibilização e perpetuação de práticas preconceituosas, discriminatórias, racistas, sexistas, etc.. É preciso problematizar as epistemologias utilizadas e ampliá-las a fim de decolonizar os currículos, ponderar a escolha de materiais e recursos didático pedagógicos para empreender a prática educativa, bem como refletir a respeito das representações presentes no ambiente e nos materiais, jogos e brincadeiras que permeiam as relações

sociais, atravessadas pelos marcadores sociais da diferença (classe, raça/etnia, gênero, sexualidade, geração, etc.).

Nesse sentido, empreender uma educação antirracista e uma pedagogia engajada se faz urgente e isso deve perpassar todos os níveis e modalidades de educação. Tal empreendimento não é uma tarefa fácil: exige, ao mesmo tempo, o enfrentamento da cultura do dominador, o compromisso individual e coletivo de desconstruir e reconstruir a nossa formação e promover a reflexão crítica e o diálogo para tornar possível a transformação das nossas práticas sociais e educacionais e, conseqüentemente, transformar a educação numa ferramenta contra as formas de colonização do ser, do saber e do poder (Hooks, 2020).

Seguimos agora com a reflexão em torno da discussão da branquitude na educação infantil a partir da análise das nossas fontes.

Branquitude na Educação Infantil: o que nos revelam as teses e dissertações

É importante considerar que, apesar da atuação do Movimento Negro na denúncia do racismo, das implicações do epistemicídio, da luta pelo reconhecimento e reparação das injustiças sociais à população negra, o preconceito, a discriminação e o racismo ainda se fazem presentes em nossa sociedade em diferentes escalas, como vimos anteriormente (racismo individual, recreativo, institucional, estrutural).

Apesar dos avanços obtidos com a promulgação das Leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008 no que tange a obrigatoriedade do ensino das histórias e das culturas africana, afro-brasileira e indígena, observamos ainda resistências e obstáculos. De acordo com Silva (2007), nós precisamos, enquanto pesquisadores e educadores, assumirmos o compromisso da educação para as relações étnico-raciais e empreendermos uma luta antirracista em educação, devemos enfrentar os desafios e as tensões presentes numa sociedade multiétnica permeada pelo racismo, desconstruindo o mito da democracia racial, reconhecendo a existência do racismo e os efeitos da branquitude, ampliando o nosso conhecimento a respeito da diversidade e da pluralidade.

A par desses pressupostos, observamos que a produção acadêmica científica nos apresenta muitos elementos para a reflexão tanto sobre a permanência do racismo na

escola quanto sobre a relevância da discussão da branquitude. A seguir apresentamos os resultados e a discussão da nossa revisão de literatura.

A dissertação de Albuquerque (2003) debruça-se sobre a questão do sentido e do significado de ser negro em Curitiba-PR, uma cidade construída sob os padrões da branquitude europeia desde os fluxos migratórios dos séculos XIX-XX. Para a autora, o ideário da branquitude está presente no imaginário social, implicando desde a arquitetura da cidade às representações midiáticas dela e da população curitibana. Destarte, a autora aponta que tal ideário também se faz presente na matriz curricular das escolas e dos materiais didáticos utilizados, em particular, pela coleção Lições Curitibanas, que silencia/nega a existência de negros da cidade.

Oliveira (2004) investiga as interações sociais presentes numa creche, constituída por 61 crianças, sendo 14 negras e 47 brancas. A análise levou em conta as interações tanto nos momentos de descontração quanto nas atividades pedagógicas. A autora revelou a presença de “micro penalidades do corpo” vivenciadas pelas crianças negras, que se apresentam mais afastadas e rejeitadas em relação às crianças brancas, que são mais constantemente elogiadas e recebem carinho.

Por sua vez, Carvalho (2013) investiga os avanços, limites e desafios da implementação de políticas públicas para a igualdade racial em Florianópolis-SC. Um dos limites e desafios apontados pela pesquisadora se refere ao fato de a região ter uma população majoritariamente branca, fruto do incentivo de políticas de imigração e branqueamento e a reprodução do ideal de branquitude. A formação de professores foi apontada como outro desafio, uma vez que, apesar da ênfase nesta esfera, há uma crítica quanto à ausência de formação e materiais específicos para o tratamento da questão.

Destaca-se a ação conjunta entre movimentos sociais negros e a escola no que tange a promoção da discussão dos corpos, cabelos e estética negra, com a distribuição de cremes, na tentativa de superar os estereótipos e os estigmas.

Gaudio (2013) analisa as diferenças étnico-raciais na relação entre adultos e crianças, tomando como referência uma creche na cidade de São José-SC. A pesquisadora identificou que, apesar da ordem institucional adulta, as crianças, coletivamente, transgridem as regras a fim de resistí-las e dar vazão aos seus desejos. Outro aspecto

revelado por Gaudio (2013) é a presença da hierarquia racial presente nos comportamentos e brincadeiras das crianças, desvelando os aspectos sociais que as circundam.

Amaral (2013) busca investigar a construção das identidades raciais na educação infantil, levando em consideração a vigência das políticas públicas para a igualdade racial. A pesquisadora desenvolve a sua pesquisa em Curitiba-PR e revela que o ambiente escolar ainda não oferece ferramentas para a valorização das histórias e das culturas africana, afro-brasileira e indígena, em especial, por estar marcado ideologicamente pela branquitude. A esse respeito, Amaral (2013) enfatiza que, enquanto professores e crianças brancas têm suas identidades asseguradas e sua autoestima elevada pela carga de representações favoráveis, às crianças negras aparecem insatisfeitas e incomodadas com tais representações, pois interferem no modo como suas identidades são silenciadas e negadas, o que, conseqüentemente, afeta a sua autoestima.

Santiago (2014) investiga como as identidades raciais, pautadas pela hierarquização racial, são forjadas entre crianças menores de três anos em creches na cidade de Campinas-SP. Santiago (2014) identificou a “Pedagogia da Branquitude” constituída, por um lado, pelo apagamento e/ou inferiorização dos traços da história, da cultura, da ancestralidade e da estética negras e, por outro, a supervalorização da estética eurocêntrica. Tal pedagogia pode ser vislumbrada na identificação por parte das crianças dos seus traços identitários com os traços apresentados por personagens das histórias contadas/apresentadas ou reforçadas em jogos e brincadeiras entre crianças e entre crianças e o adulto (no caso, o professor). Reconhecer-se com traços positivados da sua identidade valoriza e promove a autoestima de crianças brancas; no entanto, na criança negra, que tem seus traços negativados e desvalorizados, repercute sofrimento psicológico e efeitos socioemocionais, como o pesquisador desvela.

Por sua vez, Souza (2016) debruçou-se sobre a experiência da pertença étnico-racial entre crianças em 11 creches na cidade de São Carlos-SP, espaço que tem regulado o branco e a branquitude como norma. A pesquisadora relatou que, apesar de as creches serem voltadas para um público majoritário de crianças não brancas, todas as imagens presentes no ambiente escolar, a exemplo, das representações imagéticas que ornaram as salas de aula, as paredes e muros escolares, têm como referência étnico-racial o branco. Na perspectiva

de Souza (2016), as escolas ainda reproduzem o ideário social da branquitude e o culto ao branqueamento.

Martins (2017) reflete sobre as repercussões da Lei n. 13.639/2003 no ideal de branqueamento reproduzido e imposto social e educacionalmente às crianças pequenas, em particular, crianças negras de zero a três anos. Em sua investigação, a pesquisadora percebeu que, apesar da presença do conteúdo relacionado às questões negras (africanas e afro-brasileiras), não é a sua estética e presença que estão representadas na escola e em suas atividades. A pesquisa demonstrou um menor percentual de docentes negros e negras, bem como a ausência de lideranças negras na escola, impactando a representação do negro em termos de história, de cultura, de estética e de lugar de fala. A pesquisadora exemplifica a questão com a execução de uma oficina de turbantes por docentes brancas, mesmo havendo a presença de professoras negras.

Na investigação empreendida por Alcaraz (2018), a pesquisadora buscou compreender as implicações do letramento literário e das representações étnico-raciais em crianças de quatro a cinco anos no município de Curitiba-PR. Se, por um lado, ela identificou a preocupação dos professores de quatro unidades de educação infantil e pré-escolas em promover a temática da igualdade racial, por outro lado, ao analisar as representações de pessoas brancas e negras nos 92 livros infantis presentes no Programa Nacional Biblioteca da Escola, a pesquisadora percebeu a permanência da violência simbólica e a manutenção da hierarquia racial nestes materiais, pois há uma proporção de uma representação de personagem negro(a) para cada 4,5 personagens masculinos brancos e 5,8 personagens femininos brancos. De acordo com Alcaraz (2018), o letramento literário racial ainda carece de representações de personagens negros que corroborem a (auto)percepção e o (re)conhecimento da estética negra pelas crianças negras.

Cardoso (2018) enfatiza que a branquitude é um mecanismo de poder presente na sociedade que reflete nas relações didático-pedagógicas e, portanto, implicam as relações e a constituição das identidades étnico-raciais. Em sua investigação, realizada em uma unidade pré-escolar com crianças de quatro a seis anos, em Florianópolis-SC, ficou evidenciado o privilégio da ideologia da branquitude e, portanto, o privilégio da branquitude, ao configurar a presença majoritária de representações da branquitude no ambiente escolar (paredes, murais, livros, brincadeiras). Cardoso (2018) denuncia a

prevalência da imagem do branco no ambiente educativo e, ao mesmo tempo, o silenciamento da negritude e das representações de negros e negras, implicando a constituição das identidades.

Santiago (2019) dá continuidade à reflexão sobre a temática das relações étnico-raciais em sua tese, problematizando a afetividade em ambientes educativos em que a pedagogia da branquitude se faz presente. Para tal, o pesquisador analisou uma creche, com crianças pequenas de zero a três anos, em Campinas-SP, quanto à percepção da afetividade relacionada às questões de raça/etnia e gênero, inclusive, a sua presença no espaço investigado. Para Santiago (2019), o ambiente educativo está imerso na Pedagogia da Branquitude, fazendo com que brancos sejam privilegiados em detrimento de negros e, no que tange à questão da afetividade, os brancos têm recebido maior afetividade do que as crianças negras. Isto ocorre principalmente devido ao fato de que a branquitude desumaniza o não branco.

É comum a essas dissertações e teses o importante movimento de identificar, conceituar e denunciar a presença e as implicações da “branquitude” em nossa sociedade e educação. Ao trazerem o debate para o espaço educativo, em especial, à educação infantil, permitem problematizar a relevância de nos comprometermos com uma educação antirracista que perpassa da educação básica ao ensino superior, além de chamar a atenção para o cumprimento da formação de professores quanto às relações étnico-raciais e o compromisso com uma educação antirracista.

Não por acaso, Dávilla (2006) vai ressaltar a presença das dinâmicas da branquitude na formação de professores, em especial, tanto pela transmissão de políticas e valores que perpassam os marcadores sociais da diferença (classe, raça/etnia, gênero, sexualidade, etc.), as ideias de eugenia e higiene social e de estereótipos e estigmas quanto pela profissionalização da docência e difusão do ideal de professora (mulher, branca, da elite ou classe média).

Algumas das dissertações e teses nos lembram que, em sociedades patriarcais, supremacistas brancas, racistas e sexistas, as relações de poder, exploração e opressão perpassam as relações socioeducativas e relevam a afetividade que demonstramos ao outro ou o ódio que produzimos e consumimos enquanto sujeitos brancos e não brancos. Conforme Ribeiro (2019), as representações negativadas do corpo negro têm levado a

estereótipos e estigmas que promovem a hipersexualização, fomentam a violência, a cultura do estupro, o (auto)ódio e solidão. De acordo com Hooks (2019; 2020), faz-se necessário compreendermos os significados e sentidos da cultura supremacista branca e repensarmos as relações entre colonialismo, raça e representações, a fim de reconstruirmos os nossos laços de afetividade e de solidariedade.

Destarte, envolve compreendermos as representações sociais produzidas e reproduzidas no imaginário social, implicando a construção antagônica de “branquitude” e de “negritude”, ressoando, inclusive, no reconhecimento ou de “si”, do “outro” e do “mundo” e, difundida, nas mídias sociais, nos materiais e relações didático-pedagógicas, etc.

Não por acaso, Ribeiro (2019) chama a atenção para o fato de que é na escola que o mundo é apresentado pela branquitude, pela superioridade das culturas europeia e norte-americana e o branco colocado como ideal. E tal movimento precisa ser considerado como uma violência (simbólica) cotidiana que reforça o “pacto narcisístico da branquitude” e repercute no silenciamento, na negação e na distorção das pessoas negras e suas culturas. Enquanto docentes, precisamos nos posicionar frente a essas representações e à colonização do poder, do saber e do ser, a começar, inclusive, do questionamento dessas representações e paradigmas euro-amerocêntricos e dos privilégios da branquitude (Gomes, 2012; Hooks, 2019, 2020; Ribeiro, 2019). Precisamos desconstruir o epistemicídio ao (re)conhecer a produção de conhecimento, a história, a cultura e a estética de outros povos e enegrecer os nossos currículos, da educação básica ao ensino superior, em seus diferentes níveis e modalidades.

Considerações Finais

Consideramos que, apesar das conquistas legais e curriculares no que tange às questões étnico-raciais e a diversidade, ainda se observa muitas dificuldades de materializar essas conquistas no campo educacional, tanto para a superação do epistemicídio e ausência de representações quanto na prática pedagógica e educacional. Isso permite observar que a presença da “pedagogia da branquitude”, produzida pelo pacto narcisístico da branquitude, dentro de uma estrutura social e educacional, implica a manutenção do racismo e da baixa estima de pessoas não-brancas desde a infância.

É importante salientar que as teorias raciais e as políticas de branqueamento e branquitude foram se instituindo na sociedade brasileira e no campo educativo tem servido à reprodução do racismo e da branquitude. Por um lado, é fundamental o (re)conhecimento da epistemologia, da história, da cultura, da ancestralidade e da estética negras (africana e afro-brasileira, bem como indígenas) terem sido silenciadas, negadas e distorcidas. Por outro lado, é relevante a compreensão do processo de construção das representações de negros e de negras terem sido negativadas, produzindo estereótipos e estigmas que promovem os preconceitos, as discriminações e o racismo operacionalizado entre os indivíduos, em especial, no que chamam de racismo recreativo, por meio de instituições e estrutura socioeconômica, política, cultural e educacional.

Concordamos com a importância de sermos antirracistas e do compromisso com a luta/pauta dos movimentos sociais, neste caso, do movimento negro quanto à denúncia do racismo, o (re)conhecimento e a reparação pelas injustiças sociais operadas histórica e culturalmente sobre a população negra. Do mesmo modo, consideramos urgente o compromisso com uma “Pedagogia Antirracista” que perpassa a educação básica ao ensino superior, bem como em outros espaços não formais e informais de educação, que promovam uma educação democrática, antirracista, anti-sexista, anti-lgbtfóbica, anti-capacitista, etc..

(Re)Conhecemos que o movimento em direção a uma práxis emancipatória exigirá de nós não apenas engajamento (consciência crítico social), mas perseverança, quiçá persistência, para lidar com as tensões e conflitos que surjam do (re)conhecimento dos privilégios e da (des)construção de uma “Pedagogia da Branquitude, Racista, Sexista, LGBTQIFóbica” presente em nossa formação e em nossos círculos íntimos e sociais.

A mudança pode ser processual e lenta, mas ela é urgente e ela precisa de todos nós, da nossa postura e engajamento ético-político e nosso compromisso com a justiça social, a democracia e a liberdade e com a ampliação de nossos horizontes epistêmicos e do nosso diálogo e respeito à diversidade.

Referências

ALBUQUERQUE, Janeslei Aparecida. **O racismo silencioso em escolas públicas de Curitiba**: Imaginário, poder e exclusão social. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, UFPR, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26988/D%20-%20ALBUQUERQUE%20c%20JANESLEI%20APARECIDA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 set. 2021.

ALCARAZ, Rita de Cássia Moser. **Políticas de leitura para a infância no município de Curitiba**: O livro como direito à promoção da igualdade racial. 2018. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPR, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/58584/R%20-%20T%20-%20RITA%20DE%20CASSIA%20MOSER%20ALCARAZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra. (Coleção Feminismos Plurais - Selo Sueli Carneiro), 2020.

AMARAL, Arleandra Cristina Talin. **A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil**. 2013. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/37002>. Acesso em: 23 set. 2021.

ARCE, Alessandra; BALDAN, Merilin. A criança menor de três anos produz cultura? criação e reprodução em debate na apropriação da cultura por crianças pequenas. *In*: ARCE, Alessandra; MARTINS, Ligia M. (ORG). **Ensinando aos pequenos de zero a três anos**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2009.

ARCE, Alessandra; SILVA, Janaina C. É possível ensinar no berçário? O ensino como eixo articulador do trabalho com bebês (6 meses a 1 ano de idade). *In*: ARCE, Alessandra; MARTINS, Ligia M. (ORG). **Ensinando aos pequenos de zero a três anos**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2009.

BENTO, Maria Aparecida S. **Cidadania em preto e branco**. São Paulo: Ática, 2006.

BENTO, Maria Aparecida (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Ministério da Educação, 2012.

BENTO, Maria Aparecida. **Pactos narcísicos no racismo**: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. (Tese de doutorado) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em:

A URGÊNCIA DA DISCUSSÃO DA BRANQUITUDE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA: APONTAMENTOS INICIAIS

BALDAN, MERILIN; CARVALHO, PIETRA B.

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

CARDOSO, Lourenço. O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 -2007). 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Coimbra. Coimbra-PT, 2008. Disponível em: <https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504811/bytestreams/content/content?filename=LOUREN%C3%87O+DA+CONCEI%C3%87%C3%83O+CARDOSO.pdf> . Acesso em: 20 set. 2021.

CARDOSO, C. **Branquitude na educação infantil**: um estudo sobre a educação das relações étnico-raciais em uma unidade educativa do município de Florianópolis. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/58134/R%20-%20D%20-%20CIN%20TIA%20CARDOSO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2021.

CARVALHO, Thaís Regina. **Políticas de promoção da igualdade racial na Rede Municipal de Educação Infantil de Florianópolis/SC**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/30243/R%20-%20D%20-%20THAIS%20REGINA%20DE%20CARVALHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 set. 2021.

DANDOLINI, Marilene R.; ARCE, Alessandra. A formação de professores de educação infantil: algumas questões para se pensar a profissional que atuará com crianças de 0 a 3 anos. *In*: ARCE, Alessandra; MARTINS, Lúcia M. (ORG). **Ensinando aos pequenos de zero a três anos**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2009.

DÁVILA, Jerry. **Diploma da brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: EdUNESP, 2006.

GAUDIO, Eduarda Souza. **Relações sociais na educação infantil**: dimensões étnico-raciais, corporais e de gênero. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Educação, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107136>. Acesso em: 22 set. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 01, p. 98-109, jan.-abr./2012. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf> . Acesso em: 05/2020.

GONÇALVES, Suelen Aires. Raça e pensamento social brasileiro: contribuições desde os(as) pensadores(as) do pós-abolição até os contemporâneos(as). *In*: SITO, Laura; FELIX,

A URGÊNCIA DA DISCUSSÃO DA BRANQUITUDE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA: APONTAMENTOS INICIAIS

BALDAN, MERILIN; CARVALHO, PIETRA B.

Mariana (orgs.). **E se as cidades fossem pensadas por mulheres**. Porto Alegre: Zouk, 2021.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

MARTINS, Telma Cezar da Silva. **O branqueamento no cotidiano escolar: práticas pedagógicas nos espaços da creche**. 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1687>. Acesso em: 23 out. 2021.

OLIVEIRA, Fabiana de. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2555>. Acesso em: 8 set. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40, abril/2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>. Acesso em: 05/2020.

RAMOS, Guerreiro. **Patologia social do branco brasileiro. In: RAMOS, Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 171 - 192. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247547/mod_resource/content/1/guerreiro_patologia.pdf Acesso em: 13 set. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTIAGO, Flávio. **"O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado": hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil**. 2014. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, Campinas, 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1623660>. Acesso em: 25 set. 2021.

SANTIAGO, Flávio. **Eu quero ser o sol!: (re) interpretações das intersecções entre as relações raciais e de gênero nas culturas infantis entre crianças de 0 à 3 anos em creche**. 2019. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1636687>. Acesso em: 18 out. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

A URGÊNCIA DA DISCUSSÃO DA BRANQUITUDE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA: APONTAMENTOS INICIAIS
BALDAN, MERILIN; CARVALHO, PIETRA B.

SANTOS, Vânia M. **Epistemicídio e práticas pedagógicas**: a urgência da construção de uma educação antirracista. 2023. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Rondonópolis, Rondonópolis-MT, 2023. Disponível em: <https://ufr.edu.br/ppgedu/wp-content/uploads/2023/10/VANIA-MARIA-DOS-SANTOS.pdf> Acesso em: 01 jul. 2024

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas**: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 83 - 94. (2014).

SILVIA, Janaina Cassiano. O que o cotidiano das instituições de educação nos revela? O espontaneísmo x o ensino. *In*: ARCE, Alessandra; MARTINS, Ligia M. (ORG). **Ensinando aos pequenos de zero a três anos**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2009.

SOUZA, Edmacy Quirina de. **Crianças negras em escolas de “alma branca”**: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7873>. Acesso em: 10. out. 2021.

VEIGA, Cynthia Greive. Discriminação social e desigualdade escolar na história política da educação brasileira (1822-2016): alguns apontamentos. **Hist. Educ.**, Santa Maria, v. 21, n. 53, p. 158-181, dez. 2017.

VEIGA, Cynthia Greive. **Subalternidade e opressão sociorracial**: questões para a historiografia da educação latino-americana. São Paulo: Editora Unesp / SBHE, 2022.

Submetido em 21/06/2024

Aprovado em 30/12/2024

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)